

## Participação, insurgência e decolonização do planejamento urbano e a universidade

### RESUMO

**Débora de Barros Cavalcanti  
Fonseca**  
[debora\\_cavalcanti@hotmail.com](mailto:debora_cavalcanti@hotmail.com)  
Universidade Federal de Alagoas. Maceió.  
Alagoas, Brasil.

A participação é a essência do planejamento insurgente, que nasce da resiliência da população, face ao distanciamento da democracia representativa do seu cotidiano, e da ameaça que paira, sobre as conquistas sociais mundo afora. Envolver a comunidade na definição dos seus espaços de vida, portanto, apresenta-se como contracultura e afirma a responsabilidade social do arquiteto e urbanista. Este artigo tem o objetivo de enquadrar a participação em um contexto de decolonização do modus operandi do planejamento urbano convencional e de discutir o papel das escolas de arquitetura e urbanismo nesta arena. São apresentados dois casos de aproximação da universidade, de uma prática de urbanismo que considera a população local e seu contexto: uma Vivência Oásis e experiências de urbanismo tático, em Maceió, Alagoas. O balanço das experiências de ensino, pesquisa e extensão, em áreas e comunidades no nordeste brasileiro, permitem inferir que o incontornável caminho da participação, precisa ser ensinado e praticado nas nossas escolas de arquitetura e urbanismo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Planejamento insurgente. Decolonização do pensamento. Urbanismo tático. Participação. Maceió.

## 1 INTRODUÇÃO

Em um contexto de grandes mudanças sociais e políticas no mundo, a participação cidadã na definição das políticas públicas e nas questões urbanas deve ser repensada. Os diversos contextos têm demonstrado um afastamento cada vez maior do cidadão da gestão do seu território e a incapacidade dos gestores públicos de planejarem ações que venham ao encontro das necessidades e situações vividas pela população. A cidadania insurgente, recentemente visível nos movimentos 'rebeldes', animada pelas redes sociais, não transformou a realidade, mas deixou pistas sobre a possibilidade de mobilização e de que condições são necessárias para sair de um processo de contestação e se engajar em uma construção coletiva de espaços políticos e materiais.

Ao mesmo tempo em que o planejamento conflitivo aparece produzindo contestação à cidade consensual ou a do pensamento único (ARANTES et al., 2000), surgem movimentos conservadores que, colocam em lados opostos, as forças que buscam a redução das desigualdades em prol de uma sociedade mais inclusiva e aqueles que preferem a manutenção e prevalência da cidade do mercado, sobre a cidade dos direitos. Apesar do discurso teórico e da prática negarem a efetividade de um planejamento bottom-up, pensando-se, portanto, que o planejamento progressista já seria uma página virada, ele continua vivo depois de mais de 80 anos da Carta de Atenas, mesclado com visões mercadofílicas e materializado em uma profunda financeirização da cidade e das políticas públicas (ROLNIK, 2014). Aproximar e projetar a cidade com a comunidade é imperativo. A ausência de participação cria um distanciamento da população da gestão e planejamento urbano, que se reflete em arbitrariedades e controle absoluto do setor privado sobre os interesses coletivos.

Neste sentido, este artigo vai debater a crise da democracia representativa passando pelos movimentos insurgentes e assim introduzir o tema da decolonização do planejamento. Em seguida, propõe-se observar a forma como as questões do planejamento urbano são tratadas e ensinadas nas universidades, distanciando os estudantes de uma articulação positiva entre arquitetura e urbanismo e reproduzindo visões adotadas nos países centrais do capitalismo, como modelos aplicáveis em qualquer região do mundo, independente das condições geográficas, sociais, econômicas e culturais. Em sentido oposto, serão apresentados dois casos de aproximação da universidade de uma outra prática de urbanismo, que considera a população local e seu contexto: uma Vivência Oásis e experiências de urbanismo tático, em Maceió, no nordeste brasileiro.

A questão, portanto, que se coloca é, em que medida os estudantes de arquitetura e urbanismo estão preparados, para construir soluções urbanísticas relevantes em uma sociedade marcada, por uma intensa desigualdade social e carência de acesso aos recursos que a cidade pode e deve oferecer a seus cidadãos. Projetar com a comunidade apresenta-se como contracultura que se enquadra teoricamente na proposta de decolonização do planejamento urbano (HARVEY, 2012; SANTOS, 1995; ROY, 2011) e como possibilidade de construção coletiva de futuro. Seguir o fluxo do mercado e atender as necessidades individuais dos que podem pagar ou buscar, através do ato projetual, ou aproximar a sociedade de uma gestão coletiva do seu espaço e fortalecer uma agenda pública, representa a encruzilhada em que se encontra mais uma vez a profissão.

A pesquisa que converge para esse artigo está estruturada nos métodos do practice-based research, onde atividades práticas são o elemento fundamental do desenvolvimento da pesquisa. Tendo em vista os conceitos da participação que atualmente reaparecem na forma do urbanismo tático, busca-se contextualizá-los no âmbito da decolonização do pensamento que, subverte a ideia de que o conhecimento técnico pode sobrepor-se ao conhecimento que nasce das necessidades e das condições materiais locais. Partindo desses pressupostos, duas atividades concretas com alunos foram realizadas, derivando daí, ainda de forma muito incipiente, alguns aprendizados e conclusões.

## **2 CRISE NA DEMOCRACIA REPRESENTATIVA E NA CIDADE CONSENSUAL**

Nas democracias modernas, observa-se a crescente desconfiança gerada pelo descompromisso público dos representantes eleitos e suas instâncias representativas, causando um desinteresse pela participação ativa, considerada incapaz de transformar a gestão pública (SANTOS e AVRITZER, 2002). Os avanços nos processos de gestão em todos os lugares do mundo, em termos de utilização prática de conceitos, tais como accountability desde os anos 1980/1990, eram indicativos de um reforço na democracia representativa.

No entanto, momentos de crise econômica com ascensão de governos mais conservadores fizeram regredir alguns desses avanços. No Brasil, a accountability é um processo em construção muito lento, pois a frágil organização da sociedade e a cultura política paternalista e corporativista, impede maiores avanços nessa área. Pinho e Sacramento (2009) e Campos (1990) consideram que no Brasil existe 'uma situação de fraca accountability' derivada de uma baixa pressão por transparência e prestação de contas pela sociedade, aliada ao distanciamento dos governos em relação à sociedade civil.

Vale ressaltar os investimentos feitos em tecnologia da informação e comunicação, com uma grande quantidade de informações disponibilizadas nos portais públicos, nos últimos anos. No entanto, a situação em geral é ainda muito incipiente pois há poucos avanços nas esferas estaduais e municipais. Os escândalos de corrupção recorrentes no Brasil, são a prova de que tecnologia e portais de transparência, sem acompanhamento da sociedade, não são garantia de lisura nos processos de relação contratual entre setor público e privado.

Por estas e outras razões a democracia representativa está em crise e é crescente a falta de possibilidade de consenso, em um ambiente eivado de interesses privados e individuais, com poder de supremacia sobre questões públicas e coletivas. A ideia de uma CEOcracia (baseada no poder do CEO – Chief Executive Officer das grandes multinacionais) surge de forma potente, em oposição à 'gasta' democracia representativa, que vem demonstrando sinais de franca decadência, em termos mundiais. Vive-se também uma época de economia compartilhada, do DIY (do it yourself), do urbanismo open source e de uma série de novas vertentes de relações com as pessoas, com o poder público, com os agentes econômicos, o consumo, a produção e a cidade. É nesse contexto que se deve repensar a prática do ensino do urbanismo e a perspectiva de formação do estudante.

### 3 PARTICIPAÇÃO

Tendo em vista este panorama e a crítica do capitalismo, emergente nos anos 1960/1970, surgiram práticas de solução de problemas urbanos, entre eles, da questão habitacional que se baseiam na sabedoria popular, nas formas coletivas de resolver problemas individuais. A observação de como os pobres urbanos resolviam seus problemas, serviu de base e de inspiração para a introdução de tecnologias apropriadas, que buscavam melhorar as condições de vida em vários lugares do mundo.

Práticos tais como Turner (1976) e Fathy (1973) validaram a relevância social do arquiteto e urbanista, na colaboração com a população para a construção de espaços de maior qualidade e que respondessem aos anseios das pessoas, implementando as melhores técnicas de construção, adequadas a cada situação, já com uma preocupação ambiental e cultural, utilizando materiais e saberes locais. No entanto, esta forma de produzir arquitetura não foi capaz de ser massificada e assim dominar os circuitos da construção civil, que continuam homogeneizantes em termos de técnicas e materiais construtivos, por causa de interesses corporativos globais.

Algumas destas experiências, em forma de projetos piloto, introduziram transformações em políticas públicas, pois revelaram a possibilidade de construir com qualidade e baixo custo, utilizando saberes locais e o mais importante: atendendo aos anseios e necessidades dos que se beneficiaram com os planos e projetos. Apesar de ter uma função importante, demonstrativa, é intrigante entender por que projetos, aparentemente com participação e bem pensados, não deram os resultados esperados, não alcançando escalas consideráveis na solução dos problemas urbanos, tais como a habitação. Na realidade, pode-se constatar que há uma inércia instalada em todos os atores (agentes públicos, setores privados da construção e do imobiliário, profissionais, universidades e sociedade em geral) que impede a empatia, e promove o desvio de uma visão mais coletiva para uma busca individual do atendimento de suas vontades.

### 4 PLANEJAMENTO INSURGENTE

Como um novo capítulo na história da civilização, onde a CEOcracia desponta, há uma reação por parte da população que, desacreditando dos canais tradicionais de reivindicação, inauguram uma nova fase, utilizando os avanços tecnológicos, principalmente as mídias digitais, como forma de se fazer ouvir pelos governantes. Um caso emblemático latino-americano foram as manifestações no Brasil em torno das questões de mobilidade, a Tarifa Zero, ainda em 2013, que uniu trabalhadores e estudantes para protestar contra aumentos abusivos das tarifas do transporte público, parando quase todo o Brasil. Este tipo de manifestação tem sido estudado e definido como planejamento insurgente, pois nasce de iniciativas populares que se insurgem contra o poder constituído, - que deveria ser capaz de entender as necessidades da população e se renovar nas formas de decisão - , se levanta e propõe soluções que respeitem suas necessidades e anseios.

Cidadãos e cidadãs, ao redor do mundo, tomaram suas cidades em suas próprias mãos, preconizando um urbanismo humano – algo distante da profissão de planejador como hoje se apresenta -, conforme discutido por Mirafteb (2016) que ao apresentar essas experiências como novas práticas de planejamento, fala

que se faz necessário: ‘uma nova imaginação; um novo léxico; um novo repertório de práticas e um distinto entendimento de ‘justiça’.

A maior dificuldade para ascensão dessa forma de planejamento é que romper a superestrutura de dominação exige organização e estratégia, por parte dos insurgentes e talvez neste ponto, a universidade em suas atividades possa ajudar. É notório que no planejamento insurgente, o mais importante não são os técnicos e os políticos, mas sim as pessoas e seus direitos. Voltar-se então para o cotidiano, valorizar as estratégias pessoais e coletivas podem ajudar a construir um urbanismo humano que olha para as pessoas e não para as corporações e seus interesses financeiros. Para a implantação deste urbanismo mais humano, necessita-se de uma decolonização do pensamento que será abordada a seguir, e de um repertório de práticas que incitem a imaginação. Neste sentido, a universidade poderia assumir um papel de apoio a essas atividades, através do ensino, pesquisa e extensão.

## 5 DECOLONIZAÇÃO DO PLANEJAMENTO URBANO

A busca de novas formas de fazer planejamento urbano esbarra na dificuldade de sair de um urbanismo subalterno às forças econômicas e políticas hegemônicas para um urbanismo que atenda aos interesses da coletividade, sobretudo daqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade social, na periferia dos processos econômicos e políticos dominantes. Esta colonização do planejamento urbano faz com que seu sentido de existir, esteja intimamente ligado ao propósito de servir ao avanço de um conceito de progresso e desenvolvimento, que visa aumentar os lucros das empresas mesmo em detrimento das condições sociais e ambientais. O planejamento urbano mais do que servir ao capitalismo tem mesmo produzido pobreza (Autor, 2010). Como afirma Roy (2009: 131):

É indefensável caracterizar a pobreza simplesmente como uma questão de negligência do Estado. Em vez disso, a pobreza e as geografias da pobreza devem também ser compreendidas como efeitos do Estado, na medida em que envolvem tanto a exclusão territorial quanto a estigmatização territorial.

Além da pobreza material, econômica e financeira, o capitalismo e o urbanismo progressista têm produzido uma pobreza espacial, social e cultural que deteriora as relações humanas, ao construir cidades de muros e de guetos, do espraiamento e do zoneamento funcional. A diversidade preconizada por Jacobs (2011) manteve-se ausente, apesar de se ter ensaiado algumas tentativas de produzir um mix social que representasse maior humanidade nas cidades (ex.: inclusionary zoning e cota de solidariedade em planos diretores).

Vê-se que todos perdem com o urbanismo progressista, mas principalmente os mais pobres são afetados, por terem poucas opções em termos de localização na cidade e na qualidade dos espaços ocupados. No entanto, esta população encontra formas de superar essa desvantagem, ao usar o seu potencial imaginativo e os recursos locais para melhorar as suas condições de vida à revelia do que pensam e projetam os profissionais do urbano. Neste sentido, o planejamento urbano deve se decolonizar de modelos hegemônicos e observar, com atenção, o que ocorre na cidade, em espaços onde o estado ou mesmo o setor privado não estão presentes. Observar, portanto, as práticas de planejamento insurgente em

direção a um urbanismo humano, surge como um possível caminho a seguir. A questão é como colocar isso em prática, em contextos de opressão e de governos pouco transparentes, direcionados para os interesses do mercado. Será que a universidade pode ajudar?

Alguns dos problemas relacionados à implantação de projetos participativos dizem respeito ao analfabetismo cidadão e urbanístico, do qual a população sofre e do distanciamento do ensino e da prática da arquitetura e do urbanismo, das necessidades reais da população, da qual os próprios estudantes são parte. Para preencher essas lacunas acredita-se que, aproximar os alunos de uma prática de urbanismo comunitária tem um potencial transformador, capaz de ampliar a forma de enxergar a atuação do arquiteto e urbanista; promover vivência urbana; aproximar o estudante dos problemas e potenciais da cidade; gerar oportunidades de práticas de urbanismo com resultados concretos e de curto prazo; além de modificar a visão elitista da profissão, abrindo novas possibilidades de trabalho, ajudando assim a decolonizar o planejamento urbano de uma forma de pensar e de agir.

## 6 UNIVERSIDADE E INSURGÊNCIA

Um aspecto importante dos temas relacionados com a participação e sua pedagogia, está relacionado com a forma em que o conhecimento na Universidade é construído e compartilhado. Na concepção de conhecimento discutida neste artigo, a Universidade é um componente, nem mais nem menos importante. Sua importância está ligada ao fato de promover a interação entre a teoria e a prática. Consolidar o tripé (ensino, pesquisa e extensão) deve ser o sustentáculo da produção da Universidade, contribuindo para seu objetivo final: a busca do conhecimento em prol das pessoas e do atendimento de suas necessidades.

No entanto, como afirma Maricato (2016) se vive dentro da própria Universidade numa 'máquina que nos aliena da própria realidade' e assim se faz necessário ensinar (ou melhor praticar) um planejamento mais humano, voltado para o futuro, que dê ênfase a uma abordagem relacional, que privilegie a aproximação e o acolhimento, transformando os currículos tradicionais, que geralmente prezam por um distanciamento da realidade. Outra questão importante é desenvolver as diferentes formas de comunicação e linguagens que possibilitem a troca de informações e conhecimentos entre os diversos atores urbanos. A aproximação com a realidade e a consideração dos diversos pontos de vista criará oportunidades de cooperação e de compreensão da realidade que se honestamente trabalhada, de forma transparente, contribuirá para a descolonização do futuro. A partir da vivência do espaço urbano e de práticas de urbanismo é possível fomentar a compreensão de que a cidade é uma construção social e como tal depende das correlações de força presentes e de suas capacidades de intervir na realidade, a seu favor. Partindo dessas premissas, foram pensadas e realizadas algumas experiências que serão sucintamente descritas e analisadas a seguir, com o intuito de explorar potencialidades e debilidades a serem conservadas e melhoradas, respectivamente, através de novas experiências.

## 6.1 Práticas de urbanismo – *hackear a cidade*

Como atividade principal da disciplina Práticas de Arquitetura I, do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade, foram realizados desde 2016, vários projetos de intervenção urbana, com o objetivo de combater um problema ou melhor aproveitar o potencial da cidade. Tais projetos foram desenvolvidos com base em uma sequência de atividades: a) mapeamento da cidade segundo o ponto de vista de cada discente. Nessa etapa, os estudantes desenham um mapa da cidade em grupo e inserem os trajetos que normalmente fazem de casa até a universidade. Depois identificam nesses trajetos quais são as problemáticas e potencialidades locais e quais são os principais pontos de referência. O objetivo é contribuir para o desenvolvimento de uma imagem da cidade e de uma visão crítica sobre a mesma, identificando elementos a serem trabalhados para melhorar a qualidade do espaço em que vivem; b) debate coletivo sobre os mapas elaborados em grupo. O objetivo dessa etapa é compartilhar o conteúdo produzido, aprofundar a visão crítica dos grupos, gerar reflexões e identificar em cada grupo um foco a ser trabalhado; c) definição de um problema ou potencial, concreto e viável de ser trabalhado, por cada um dos grupos; d) aulas expositivas sobre metodologias de ação, para apresentar aos estudantes formas de concretizar intervenções sobre o objeto de trabalho definido; e) desenvolvimento de uma proposta de intervenção urbana; f) assessoramento dos projetos; g) execução e registro das ideias, por meio de vídeos, criação de páginas/perfis em redes sociais e exposição dos resultados na Mostra de Práticas de Arquitetura, um evento semestral, criado para divulgar os resultados das disciplinas de Práticas de todos os cursos.

No que diz respeito às metodologias de ação, são trabalhados ao longo do semestre ferramentas de atuação no espaço público, como o urbanismo tático, o hacking urbano e o marketing de guerrilha. Todos esses conteúdos são conectados para contribuir para a produção de ideias criativas.

O urbanismo tático se apresenta como uma ferramenta que busca promover a realização de ações rápidas, de baixo custo e flexíveis no espaço urbano, para testar novas formas de uso e promover mudanças que agreguem qualidade ao mesmo Lydon e Garcia (2011, p.7) argumentam que o urbanismo tático seria:

Uma abordagem voluntária e gradual para instigar a mudança; um processo de criação de ideias para os desafios do planejamento em escala local; um compromisso de curto prazo e expectativas realistas; uma atividade de baixo risco, possibilitando gerar recompensas elevadas; o desenvolvimento de capital social entre cidadãos e a construção de competências organizacionais entre a esfera pública e privada.

O hacking urbano, por sua vez, surge dentro do contexto da cultura hacker, que pode ser definida como posturas críticas e criativas frente à realidade, marcada pelo desenvolvimento tecnológico, buscando a autonomia humana e a liberdade de se expressar e transformar o mundo.

Mattos (2014, p. 91) argumenta que o hacking urbano:

(...) é uma prática multifacetada e mais do que estritamente relacionada a conhecimentos tecnológicos diz respeito a valores e

uma maneira de agir. Tais valores podem ser interpretados e incorporados por pessoas das mais diversas áreas e assim assumir muitas formas também no contexto urbano.

Uma referência importante para o desenvolvimento das atividades da disciplina foi o conteúdo criado pela jornalista Natália Garcia, do portal Cidades para pessoas<sup>1</sup>, que utilizou o hacking urbano para criar um curso livre sobre o tema. Nele, são apresentadas formas de se atuar na cidade, de forma que as pessoas sejam agentes ativas do desenvolvimento, resolvendo problemas, valorizando potenciais ou dando origem a provocações que levem a esses resultados.

Já o marketing de guerrilha busca formas não convencionais de comunicação, muito usado na promoção de marcas e produtos, mas também muito útil para a transmissão de ideias de forma criativa e atrativa. No contexto da prática de urbanismo em questão, ele foi muito usado para chamar a atenção de problemas e potenciais da cidade.

A partir do diagnóstico elaborado em grupo na atividade de mapeamento da cidade e da exploração dessas e outras ferramentas de trabalho, os projetos de intervenção foram redigidos em formato de projetos de extensão e colocados em prática, dando origem a resultados muito interessantes, ao longo dos semestres em que essa experiência de ensino/aprendizagem/experimentações tem sido realizada. Apresentam-se aqui três desses projetos para ilustrar os resultados alcançados.

### **Projeto Liga da Acessibilidade**

Formado pelos estudantes Ana Silva, Beatriz Sá, Ariel Santos, Caroline Lima e Mikaelle Costa, o grupo definiu o tema da precariedade das condições de caminhabilidade da cidade para ser trabalhado. O nome do projeto surgiu a partir da referência de um personagem da cultura mexicana chamado Peatonito. Um homem que se veste de super-herói, com vestimentas da luta mexicana, para cobrar direitos dos pedestres nas ruas da capital do país (Figura 1).

Então eles criaram um figurino de super-heróis e saíram pelas ruas de Maceió fazendo intervenções em faixas de pedestres, aplicando multas morais (simbólicas) em condutores e chamando atenção para os problemas que os pedestres enfrentam para se deslocarem pela cidade. Eles também criaram um perfil na rede social Instagram para divulgar as ações e propagar a perspectiva de se colocar em discussão, o fato de os pedestres serem tratados como cidadãos de última categoria no espaço urbano.

<sup>1</sup><http://cidadesparapessoas.com/curso-livre-como-ser-um-hacker-urbano/>

Figura 1 - Intervenção em faixa de pedestres.



Fonte: autores do projeto.

### **Projeto A praia é nossa, o lixo é seu**

Formado pelos estudantes Gisella Leite, Mylena Silva, Uriel Langou, Sthephany Nascimento e Karyna Santana, o grupo identificou o problema do lixo nas praias de Maceió. Um problema relacionado à carência de infraestrutura de saneamento básico, de uma política eficiente de limpeza das praias e de falta de educação da população que suja a praia, com resíduos de diversos tipos.

O grupo escolheu trabalhar com a questão da educação ambiental, buscando assim contribuir para a conscientização das pessoas acerca da importância de se recolher o lixo produzido, nos dias de lazer na praia e também sobre os impactos que causam a atividade humana sobre os ecossistemas naturais. Inspirados no artista espanhol Francisco de Pájaros<sup>2</sup>, o projeto consistiu em recolher lixo presente na areia da praia de Ponta Verde (uma das mais frequentadas e localizada em bairro de alta renda) e montar com ele uma instalação no local. Eles também levaram faixa e conversaram com as pessoas, coletando depoimentos para a edição de um vídeo que foi divulgado pelas redes sociais posteriormente.

<sup>2</sup><https://www.franciscodepajaro.com/>

Figura 2 - Instalação com lixo na praia.



Fonte: autores do projeto.

### Projeto As cores mudam

Formado pelos estudantes Ana Freitas, Ana Mello, Henrique Mota, Jenifer Teloli e Isabella Lima, o grupo escolheu o tema da precariedade da manutenção da pavimentação das ruas. Inspirados em ações como a do grupo Shoottheshit<sup>3</sup> de Porto Alegre-RS, e na artista Andressa Frugoli<sup>4</sup>, o grupo se propôs a usar a criatividade, a ludicidade e a arte, para sair pelas ruas, pintando buracos para chamar a atenção do poder público e da sociedade.

A ideia era utilizar as cores com elementos de transformação, dado o seu potencial de ressignificação de espaços. O grupo também criou um perfil na rede social Instagram para propagar as ações, agregando muitos seguidores. O projeto chamou muita atenção e repercutiu nos meios de comunicação da cidade e do país, gerando respostas imediatas dos cidadãos e da Prefeitura de Maceió.

Figura 3 - Alunos intervindo e matérias em jornais locais.



Fonte: autores do projeto.

<sup>3</sup><http://www.shoottheshit.cc/>

<sup>4</sup><https://goo.gl/rwCmU1>

O projeto foi o vencedor da VI Mostra de Práticas da Universidade, pela proposta alinhada com as metodologias abordadas na disciplina, pelo empenho dos alunos em desenvolverem um projeto de qualidade e pelos impactos causados. O grupo gostou tanto dos resultados do projeto que pensam em firmarem-se como coletivo de intervenções, desenvolvendo projetos de extensão e ações espontâneas pela cidade.

A disciplina nos obriga de um jeito saudável a olharmos todo nosso ambiente diário com minuciosidade e trabalhar em equipe, isto para nós futuros arquitetos é extremamente importante essa observação. Além disso, acabamos ganhando inúmeras referências, sejam elas de livros, filmes, artigos ou documentários, tudo isso de forma teórica para chegarmos à proposta da disciplina, que é identificar uma problemática na cidade, após a observação feita com o tempo, que em seguida será estudada e receberá uma solução prática, rápida e objetiva com todo o conteúdo apresentado pelo professor. (depoimento de aluno)

## 6.2 Vivência Oásis

A necessidade de inovar, de buscar novas formas de aproximação dos alunos com a realidade urbana foi o motor da atividade Vivência Oásis<sup>5</sup>, que ocorreu no começo de 2017, quando alunos de arquitetura e urbanismo e engenharia ambiental da Universidade, participaram de um mutirão no projeto Desenvolvimento Integrado Sustentável Territorial – Rio Largo, no Residencial Jarbas Oiticica, onde moram 3.500 famílias, isoladas da cidade, como tem sido a prática comum, resultante da política pública de habitação de interesse social no Brasil.

Este mutirão faz parte de uma estratégia de envolver os moradores em um processo de participação e autogestão diante da completa ausência do estado. Nesta comunidade, diferente daquelas organizadas pelos movimentos sociais, é muito difícil identificar insurgências. São pessoas oriundas de diferentes bairros, geralmente usuários de aluguel, localizados uns ao lado dos outros através de sorteios e que por morarem tão distantes do centro passam 1/3 da sua vida fora de casa, em um transporte público, tentando chegar ou voltar de seu trabalho. Diante desta situação, alunos que desconheciam essa realidade se envolveram na melhoria dos espaços fazendo propostas que foram enviadas para os organizadores do projeto, para serem discutidas com os moradores e realizadas em um dia de mutirão (Figura 4).

Segundo relatos dos alunos o contato com os moradores e a realidade do bairro trouxe muito aprendizado:

---

<sup>5</sup> A metodologia da vivência está dividida em etapas: 1) preparação - que envolve a compreensão do jogo por todos; 2) exploração do espaço – que busca identificar problemas locais, abundâncias, belezas e riquezas; 3) as pessoas – quem está por trás dos potenciais identificados, quem são os talentos locais; 4) os sonhos – etapa de conhecer e construir os sonhos coletivos; 5) o cuidado – decidir coletivamente o que fazer, onde fazer e como fazer; 6) o mutirão – a hora de executar as ações programadas; 7) a celebração – hora de comemorar as realizações e 8) o futuro – onde se constrói uma visão de futuro e se mantém ativa o desejo e o ímpeto de continuar transformando a própria realidade. A Vivência em Maceió foi conduzida pelo Instituto ELOS (responsável pela metodologia) e a ONG local IDEAL.

Modificou a minha vida, nunca imaginei que as pessoas vivessem dessa maneira e que, apesar do medo em visitar esses lugares, nada me aconteceu além de um despertar para este tipo de realidade. (depoimento de aluna)

Nunca tinha participado de uma experiência assim e não sabia o que iria acontecer lá, então foi tudo muito novo. De início não tinha compreendido muito bem o objetivo do mutirão, já que cheguei com uma visão pré-determinada e achando que, como estudante de arquitetura, poderia fazer algo diferente que interferisse mais na vida das pessoas. Depois de um tempo, percebi que as necessidades da população de lá são inerentes a eles e que é o ponto de vista deles que importa. (depoimento de aluno)

A vida imersa nos centros urbanos nos deixa desacostumados e desatentos às necessidades básicas que existem fora deles. Por esse motivo, experiências como essa são tão importantes para nos aproximar de uma realidade completamente diferente e nos fazer mais atentos aos recursos que facilmente temos acesso e como podemos oferecer a mesma acessibilidade para essa outra realidade. (depoimento de aluna)

Daquele sábado destinado ao mutirão, meu maior aprendizado foi ter ciência da capacidade de um grupo disposto a trazer melhoria da qualidade de vida no Conjunto e fazer parte dessa mudança. Mesmo que eu tenha participado por um dia, a experiência conectou-me ao poder de agir local. (depoimento de aluna)

Figura 4 - Alunos participando da construção de um canteiro.



Fonte: autor, 2017.

Todas as vivências e falas refletiram nos projetos de melhoria que foram elaborados na 2ª parte da disciplina. O mais importante, sem dúvida, foram os depoimentos, ao final do curso, de que aquela atividade havia se constituído em um divisor de águas na compreensão do urbano e do social, no contexto da arquitetura e da engenharia. Os alunos entenderam que o arquiteto e urbanista, em especial, apesar de sua ampla abordagem e possibilidades de atuar como agente transformador das condições sócio espaciais locais, tem se dedicado apenas a porções específicas das suas atribuições.

Como se pôde observar, as experiências relatadas acima não estão relacionadas com o conceito de planejamento insurgente, pois nasce de iniciativa de professores dentro de um contexto dominado por uma cultura hegemônica,

onde o modus operandi da arquitetura e do urbanismo está extremamente atrelado e dependente do setor privado (Autor, 2016).

A experiência apresentada é, na realidade, uma preparação para a possibilidade de insurgência dos jovens profissionais e de suas futuras práticas profissionais. A ideia é que aprendam a serem facilitadores de processos participativos, entendendo que o seu papel é de aportar conhecimento técnico balizado com o saber popular, a utilizarem vocabulário conveniente e apropriado, para entenderem e serem entendidos e a respeitarem os processos sociais, conscientes de que não devem ser os protagonistas da ação.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

À guisa de conclusão, pode-se afirmar que falta à população, de forma geral, um conhecimento mais prático e pertinente ao cotidiano das cidades e de seu bom funcionamento. Há um analfabetismo urbanístico e cidadão que atinge grande parte da população, no que diz respeito às possibilidades de melhoria da qualidade de vida que um urbanismo inclusivo e mais humano pode engendrar. Este desconhecimento inviabiliza ações de insurgência, participação espontânea e, portanto, avanços nas políticas democráticas e inclusivas de gestão urbana e habitacional. Há leis, há espaços institucionais de participação, mas falta vontade política dos atores envolvidos, em participar de forma direta no cotidiano da cidade.

Faz-se necessário recuperar o espaço de cidadania, primeiro em seu bairro, sua localidade, e depois em um projeto regional e nacional. Há exemplos interessantes ocorrendo no mundo, que tratam de democratizar o planejamento urbano, da forma mais local possível, trazendo um novo papel para os planejadores e criando uma atmosfera de colaboração e pertencimento à cidade.

O planejamento insurgente é resultado de uma sociedade que deseja cidades mais humanas, inclusivas e que permitam o desenvolvimento de todos os seus moradores, sem exceção. O desafio é construir uma lógica de planejamento que seja menos restritiva, menos centralizadora e menos refém do capital financeiro e imobiliário e que permita o diálogo, a pluralidade e exercício da empatia. Neste contexto, a universidade, principalmente a pública, deve superar sua tendência cientificista e tecnicista e se comprometer com as questões sociais e as realidades locais, nacionais e internacionais.

Para que isso aconteça, alguns passos simples podem ser dados, no sentido de ouvir e aproximar os estudantes e futuros profissionais dos novos e velhos movimentos sociais e dos que estão à margem das organizações, mas que precisam despertar para o seu destino, que vem sendo gravemente comprometido pela crise civilizatória atual.

O propósito deste artigo portanto foi de configurar um estudo em aberto, abrindo possibilidades de novas interpretações, associações e releituras que contribuam para o desenvolvimento da prática do urbanismo como ferramenta de qualificação da relação ensino/aprendizagem nas escolas de urbanismo.

Entende-se que atividades práticas desenvolvidas dentro da universidade, que promovam reflexões na sociedade e transformações concretas na cidade podem, além de desenvolver a postura crítica dos alunos em relação aos problemas e

---

potenciais da cidade, também fomentar o desenvolvimento da percepção de que tanto eles quanto qualquer outro grupo social ou indivíduo podem concretamente contribuir para o desenvolvimento de suas cidades. Também é sensível nessas atividades, o fortalecimento da conexão da universidade com a sociedade e o poder público, levando os alunos para fora dos limites da sala de aula e utilizando a prática acadêmica como ferramenta de transformação social.

---

# Participation, insurgency and decolonization of urban planning and the university

## ABSTRACT

Participation is the essence of insurgent planning, which arises from the resilience of the population, in view of the distance from democracy that represents their daily lives, and the threat that hangs over social conquests around the world. Involving the community in the definition of their living spaces, therefore, presents itself as a counterculture and affirms the social responsibility of the architect and urban planner. This article aims to frame participation in a context of decolonization of the modus operandi of conventional urban planning and to discuss the role of schools of architecture and urbanism in this arena. Two cases of approaching the university are presented, of an urbanism practice that considers the local population and its context: an Oasis Experience and tactical urbanism experiences, in Maceió, Alagoas. The balance of teaching, research and extension experiences, in areas and communities in northeastern Brazil, allows us to infer that the essential path of participation, needs to be taught and practiced in our schools of architecture and urbanism.

**KEYWORDS:** Insurgent planning. Decolonization of thought. Tactical urbanism. Participation. Maceió.

## REFERÊNCIAS

ARANTES, O. B., VAINER, C., e MARICATO, E. A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2000.

CAMPOS, A. M. Accountability: quando poderemos traduzi-la para o português? In: Revista de Administração Pública, 1990, 24 (2), 30-50.

AUTOR, 2010.

FATHY, H. Architecture for the Poor: An Experiment in Rural Egypt. Chicago: The University of Chicago Press, 1973.

HARVEY, D. Rebel Cities: From the Right to the City to the Urban Revolution. London: Verso, 2012.

JACOBS, J. Morte e Vida de Grandes Cidades. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

LYDON, M., e GARCIA, A. Tactical Urbanism vol. 1: Short-term Action for Long-term Change. Washington: Island Press, 2011.

MATTOS, É. A. C. Ethos Hacker e Hackerspaces: Práticas e Processos de Aprendizagem, Criação e Intervenção. Dissertação (mestrado em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade) – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2014.

MARICATO, E. Melancolia na Desigualdade Urbana. (M. R. Kehl, Entrevistadora), 2016. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=MYP3rjbiCAC>, acessado em 27/04/2017.

MIRAFETAB, F. Insurgência, planejamento e a perspectiva de um urbanismo humano. In: Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, 18, 363, 2016.

PINHO, J. A. e SACRAMENTO, A. R. Accountability: já podemos traduzi-la para o português? In: Revista de Administração Pública, 43, 1343-1368, 2009.

ROLNIK, R. Guerra dos Lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo: Boitempo, 2014.

ROY, A. Planejamento e gestão espacial da pobreza. In: Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, 11, p. 129, 2009.

ROY, A. Slumdog Cities: Rethinking Subaltern Urbanism. In: International Journal of Urban and Regional Research, 35.2, 223-38, 2011.

SANTOS, B. d. Pela mão de Alice: o social e a política na pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 1995.

SANTOS, B. d., e AVRITZER, L. Para ampliar o cânone democrático. In: SANTOS, B. d., Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa (39-83). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

TURNER, J. F. Housing by People: Towards Autonomy in Building Environments. Londres: Marion Boyars Publishers Ltd., 1976.

AUTOR, 2016.

**Recebido:** 09 out. 2021.

**Aprovado:** 03 dez. 2021.

**DOI:** 10.3895/rbpd.v11n1.13691

**Como citar:** FONSECA, D. B. C. Participação, insurgência e decolonização do planejamento urbano e a universidade. **R. bras. Planej. Desenv.** Curitiba, v. 11, n. 01, p. 111-127, jan./abr. 2022. Disponível em: <<https://periodicos.utfpr.edu.br/rbpd>>. Acesso em: XXX.

**Correspondência:**

Débora de Barros Cavalcanti Fonseca  
Av. Lourival Melo Mota, S/N - Tabuleiro do Martins, Maceió - AL

**Direito autoral:** Este artigo está licenciado sob os termos da Licença Creative Commons-Atribuição 4.0 Internacional.

